

A INVESTIGAÇÃO NO IPS

João Vinagre Santos, Director da ESTBarreiro/IPS

1. Introdução

No seguimento do alinhamento definido para o 1º Congresso do Instituto Politécnico de Setúbal, interessava efectuar a análise do tema INVESTIGAÇÃO. Para que a elaboração desta comunicação fosse possível, foi necessário proceder a alguma “investigação” interna, tendo contado com a colaboração de alguns docentes, das diversas Escolas. Desta pesquisa resultou uma melhor compreensão da situação em que se encontram as Escolas do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), das suas virtudes e dificuldades, bem como das questões que nos afectam.

Assim, tendo em vista a abordagem deste tema, estabeleceram-se três grandes objectivos:

- estabelecer considerações de índole geral relativas ao tema da investigação, procurando, de uma forma simples, enquadrar o assunto.
- apresentar a evolução de algumas variáveis muito associadas ao tema em análise, relativas às Escolas do Instituto Politécnico de Setúbal;
- realçar as principais dificuldades e desafios colocados à investigação no IPS, referindo algumas alterações legislativas que se prevêem e que irão, naturalmente, condicionar o futuro da investigação que se pratica.

2. Investigação e ensino superior

A ligação entre Investigação e Ensino Superior é de tal forma intrincada que, seja qual for a abordagem que se adopte (formação inicial, formação contínua pós-graduada e prestação de serviços à comunidade), se conclui que não é possível falar de Ensino Superior sem abordar a temática da Investigação.

Convém lembrar que as actividades a desempenhar por um docente do Ensino Superior, para além de assegurar as aulas das disciplinas, os horários de dúvidas e de participar nas actividades de gestão das escolas, compete-lhe dedicar-se à investigação, a única componente do seu trabalho que, na lei em vigor, influencia a progressão na sua carreira (o que lhe confere, imediatamente, um estatuto e uma importância determinante). Um docente que aposta na sua qualificação científica importa mais valias determinantes para o sucesso na sua Escola e das suas aulas. A participação dos docentes em projectos de investigação exige-lhes o conhecimento aprofundado dos temas, a

discussão, reflexão e troca de saberes e experiências nas fronteiras do conhecimento das respectivas áreas de trabalho.

O envolvimento dos docentes em actividades de investigação potencia a melhoria da qualidade das aulas, gerando a actualização de conteúdos e o aprofundamento de conhecimentos. É, pois, com estranheza que se considera que um dos aspectos que os estudantes desvalorizam é, em regra, a dedicação dos seus docentes à investigação em oposição à sua carreira pedagógica. Os alunos exigem e idealizam aulas pedagogicamente correctas, com qualidade e profundidade, cientificamente actualizadas. Pergunta-se: como é que tal é possível sem Investigação? No entanto, há também que realçar que é imperioso que os docentes compreendam que é determinante que não separem as suas actividades de investigação da componente pedagógica, actualizando e modernizando as folhas das suas disciplinas, apostando na melhor qualificação dos seus alunos.

Sendo vertentes importantes do ensino superior a formação, a criação e a difusão de saber e a interacção com a sociedade, pode afirmar-se que o ensino superior exige investigação, ou seja, Ensino Superior é Investigação. Desta forma, não é possível efectuar a discussão ou análise de uma instituição de ensino superior (como se pretendia fazer neste congresso relativamente ao IPS) sem a abordagem desta temática. Acrescenta-se que a investigação não pode ser marginalizada quando, e como acontece presentemente, se discutem modelos de financiamento, modelos de gestão ou mesmo de funcionamento dos sistemas de ensino superior.

3. Tipos de investigação

3.1 Classificação quanto à forma como é executada

Procede-se, de seguida, a uma breve descrição dos principais tipos de investigação que é possível encontrar instituições politécnicas. Os tipos de investigação estão, naturalmente, dependentes da imposição legal que não permite a estas instituições atribuírem os graus de mestre e doutor. Da análise efectuada é possível afirmar que a investigação que presentemente se executa é realizada:

- de uma forma independente, não inserida em nenhuma estratégia da instituição. Esta é, talvez e infelizmente, a mais comum das opções que se encontra na generalidade das Escolas e que se deve à sua juventude (convém não esquecer que o subsistema politécnico está, para todos os efeitos, ainda numa fase de desenvolvimento e afirmação), à dimensão de algumas das unidades (ainda com um pequeno número de docentes com pós-graduações) e à impossibilidade de atribuição dos graus de mestre e doutor (que, caso contrário, exigiria e permitiria outro tipo de políticas de desenvolvimento);

- de forma integrada em linhas de investigação, através do estabelecimento de linhas directoras, que facilitem e propiciem a constituição de um conjunto alargado de saberes em determinadas áreas e, conseqüentemente, a criação de uma dinâmica de grupo capaz de se afirmar e competir no mercado da formação. Este parece, no actual panorama, a melhor estratégia e aquela que conduzirá a melhores resultados. É importante salientar que esta é uma das poucas formas, na actual conjuntura, que as Escolas têm de orientar e definir rumos para o seu desenvolvimento e afirmação, nas áreas que melhor lhe convêm;
- integrada em grupos ou centros de investigação, a qual está directamente dependente do número de doutorados da instituição. Dada a idade das instituições politécnicas, esta é uma opção que ainda se encontra inacessível às escolas do IPS. Resulta daqui que, e sempre ligada à questão da concessão ou não dos graus, é usual verificar que os docentes do ensino politécnico executam investigação nos grupos de investigação das instituições em que obtiveram os seus graus, com claros benefícios para essas instituições e sem grandes repercussões para as unidades a que pertencem.

Das conversas estabelecidas para a compilação de informação resultou evidente a existência, para muitos, da diferenciação da investigação quanto ao conteúdo formal, podendo distinguir-se:

- uma investigação mais teórica, função das áreas em que é desenvolvida. Trata-se da investigação formal, mais voltada para a explicação teórica dos fenómenos e que, para muitos, é o tipo de investigação que menos interessa ao sistema politécnico (embora, diga-se a verdade, em algumas áreas ela existe e não deixa de ser importante);
- uma investigação aplicada, experimental, direccionada e vocacionada para a resolução de problemas concretos. Uma investigação que procure servir de meio de ligação às empresas, ao meio envolvente e que projecte as escolas na região em que se inserem.

4. Objectivos da investigação

No que se refere aos objectivos da investigação efectuada e desenvolvida nas Escolas, é possível agrupá-la da seguinte forma:

- a investigação dirigida à progressão na carreira, tendo como objectivo específico a obtenção de um grau académico (mestrado ou doutoramento). Para as instituições novas, entre as quais se inserem a generalidade das Escolas do IPS, esta opção constitui uma grande prioridade. Convém não esquecer o prestígio associado ao número de pós-graduados que a instituição consegue contratar (factor colocado imediatamente à cabeça, em qualquer análise que se pretenda

efectuar sobre instituições de ensino superior) bem como a inserção deste parâmetro na fórmula de financiamento...;

- a investigação associada ao desenvolvimento dos trabalhos de doutoramento – executada de forma isolada ou, mais frequentemente, inserida em Centros de Investigação ligados às instituições onde o investigador obteve o seu grau de Doutor;
- a investigação orientada para a prestação de serviços – procurando a solução para problemas específicos colocados pelo mercado (através de solicitações, consultorias, etc.), com recurso, na maior parte das vezes, à aplicação das ferramentas desenvolvidas nos tipos de investigação anteriores. Esta é uma componente em que importa investir e que contribuirá para a intensificação da ligação ao tecido empresarial da região.

5. Benefícios da investigação para a instituição

Procede-se, de seguida, à análise dos benefícios da investigação para a instituição. São, naturalmente, diversos os benefícios resultantes da execução de investigação, podendo citar-se:

- o prestígio para a instituição, referindo-se aqui a prestígio granjeado quer entre as instituições congéneres (nacionais e internacionais), quer entre as instituições privadas, o qual será sempre mobilizador de interações futuras;
- o ganho de notoriedade e visibilidade, imprescindível numa sociedade cada vez mais competitiva, em que o saber constitui uma mais valia importante;
- a captação de financiamento, factor que adquire grande relevo, principalmente em situações de crise como as que actualmente o país atravessa;
- a actualização de conhecimentos, permitindo e facilitando o contacto com o meio envolvente (nomeadamente, no que se refere à adaptação e preparação e dos docentes para a formação, requalificação ou actualização de quadros das empresas) e contribuindo, como já se referiu, para a melhoria da formação que é oferecida aos alunos, o que não pode de todo ser descurado.

No entanto, para que seja possível o desenvolvimento de investigação nas instituições é necessário ou conveniente que se verifiquem alguns requisitos, nomeadamente:

- que exista um número de doutorados suficiente (denominado por massa crítica), numa dada área do saber, organizado e com objectivos comuns. É ainda vantajosa a existência de um bom número de formandos à procura da obtenção de pós-graduações, capazes de contribuir positivamente para a dinâmica do grupo. Chama-se a atenção que esta pode ser uma das mais valias do

subsistema politécnico, em que muitos dos seus docentes não possuem ainda o grau.

- que exista capacidade financeira. A questão financeira é um factor muito importante, mas não determinante, como por vezes é colocado, passando a constituir um travão ou impedimento total ao desenvolvimento da investigação. Quando se lhe atribui importância, está-se naturalmente a pensar nos seguintes aspectos:
 - a) capacidade de recursos humanos (dedicação dos docentes à investigação – essa é uma das componentes da sua actividade profissional –, capacidade financeira das instituições para a criação de incentivos à investigação, capacidade de contratação de bolseiros ou alunos que colaborem nas actividades de investigação, com necessários benefícios para todas as partes, etc.);
 - b) capacidade para aquisição ou aluguer de equipamentos e consumíveis (aspecto que pode ser determinante nas áreas das tecnologias e da saúde, sem os quais a investigação se pode tornar extremamente difícil e cujo custo associado é, em regra, muito elevado);
- força de vontade e espírito de grupo. Acrescentam-se estes aspectos, porque parece serem eles, muitas vezes, os principais obstáculos à criação de condições para o desenvolvimento da investigação nas instituições.
- a necessidade de existência de dinâmica para o estabelecimento de parcerias. Este aspecto é cada vez mais importante, quer como forma de criação de dimensão e, conseqüentemente, dinamizador de financiamento, quer como motor para o fortalecimento das ligações entre diferentes unidades. Realça-se que um dos aspectos que têm sido um pouco descurados pelos docentes do IPS é a mais valia associada à possibilidade de interacção e integração de investigadores de áreas afins, existentes nas diferentes escolas.

Os aspectos agora referidos conduzem, inevitavelmente, para a abordagem das principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento de Investigação nas Escolas.

6. Dificuldades no desenvolvimento de Investigação

Entre as dificuldades que se podem assinalar, apresentam papel de destaque:

- a dimensão e a idade das instituições. Embora já com 25 anos, o Instituto Politécnico, ainda é considerado uma instituição recente, possuindo um número reduzido de doutores e de mestres, pelo que tem havido uma grande necessidade de estruturar e de qualificar os seus quadros, não tendo sido, em muitos casos,

considerado relevante a definição de estratégias de formação (até porque os graus são adquiridos noutras instituições);

- o tempo disponível para os docentes dedicarem à investigação. Importa ter presente que o número de horas lectivas semanais associado aos contratos dos docentes dos subsistemas de ensino superior em Portugal é diferente, sendo superior em mais de 30% no subsistema Politécnico (e, conseqüentemente, o número de horas de acompanhamento dos alunos, a qual está também ligada à especificidade dos cursos – de componentes mais práticas e com maior necessidade de tutoria). Acresce ainda a dificuldade que as Escolas têm em libertar completamente das suas actividades docentes, todos os que pretendem desenvolver trabalhos tendentes à obtenção de graus (obrigando alguns docentes a sobrecargas lectivas, numa lógica de solidariedade entre colegas, mas com repercussões notórias na disponibilidade para a investigação). Finalmente, importa também ter em conta a necessidade de colaboração dos docentes nas actividades de gestão das instituições, factor este nada desprezável;
- ainda ligado ao ponto anterior, a existência de estruturas de apoio, que facilitem a componente burocrática da investigação (candidaturas a financiamentos, elaboração de relatórios, gestão das verbas gastas e recebidas, etc.);
- a impossibilidade dos IP's ministrarem doutoramentos ou mestrados. Por um lado, é compreensível que o legislador tenha, na fase de crescimento e afirmação dos IP's, limitado o desenvolvimento deste tipo de formação, dada a notória falta de capacidade e de massa crítica neles existentes. No entanto, este impedimento, por via legal, não ultrapassável mesmo após se ter alcançado a maturidade de algumas unidades, teve conseqüências negativas para os IP's. (É importante não esquecer que existem actualmente, em algumas áreas, instituições politécnicas com total capacidade, dimensão e *know-how* para ministrar este tipo de formação. Como muitos sempre defenderam, teria sido preferível que o legislador tivesse optado pelo estabelecimento de critérios a cumprir pelas Instituições – independentemente do seu nome – aferidos por entidades independentes – Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Fundação da Ciência e Tecnologia, etc. – que, uma vez verificados, lhes desse acesso à montagem desse tipo de formação. Mas preparam-se alterações à lei, que adiante se abordarão).
- facto dos Institutos Politécnicos estarem impedidos de ministrar mestrados e doutoramentos e, conseqüentemente, aproveitarem a mais valia resultante da orientação de teses, deu origem a naturais dificuldades na criação e definição das suas linhas de investigação.
- a limitação, que representa para os docentes do Instituto, após a obtenção dos seus graus académicos, de não poderem ter aspirações (Pergunta-se: e não será legítimo que as tenham?) a expandir as suas linhas de investigação, através da

orientação de teses. Convém realçar que este é um factor dinamizador da investigação das instituições que recebem estudantes de doutoramento, que aproveitam a mão-de-obra constituída pelos seus docentes e pelos docentes dos Institutos Politécnicos, para expandirem e desenvolverem as suas áreas de interesse. Outro aspecto não menos importante prende-se com o facto de os docentes dos Institutos Politécnicos ficarem, na sua grande maioria, directamente ligados aos Centros de Investigação dessas instituições, engrossando os seus números e propiciando o seu desenvolvimento.

Por outro lado, daquele impedimento resultou que os Institutos Politécnicos se vissem obrigados a adaptar aos interesses e objectivos da Instituição onde os docentes se formam, nem sempre coincidentes com os dos Institutos nem vocacionados para os problemas da região e para a interacção com as empresas que nela operam (e não é esta uma das principais características do ensino superior politécnico?).

Efectuada a análise global à temática da investigação (que já permitiu, de alguma forma, elencar os principais factores e constrangimentos que afectam o IPS) procede-se de seguida à apresentação de alguns dados relativos às Escolas do Instituto Politécnico de Setúbal que permitem ilustrar e compreender a sua evolução, bem como perspectivar o seu futuro.

7. Dados relativos às Escolas do IPS

7.1 Evolução do número de alunos e de docentes

Na figura 1 apresenta-se a evolução do número de alunos do Instituto Politécnico de Setúbal, desde a criação da sua 1ª escola, a Escola Superior de Educação, até presente ano lectivo (ano em que se inscreveram mais de 6000 alunos nas suas cinco Escolas). Apenas se apresentam os dados relativos aos anos em que entraram em actividade as diferentes escolas, traduzindo cada cor o número de alunos de cada escola. Como se conclui, a evolução foi muito acentuada, encontrando-se agora numa fase de estabilização.

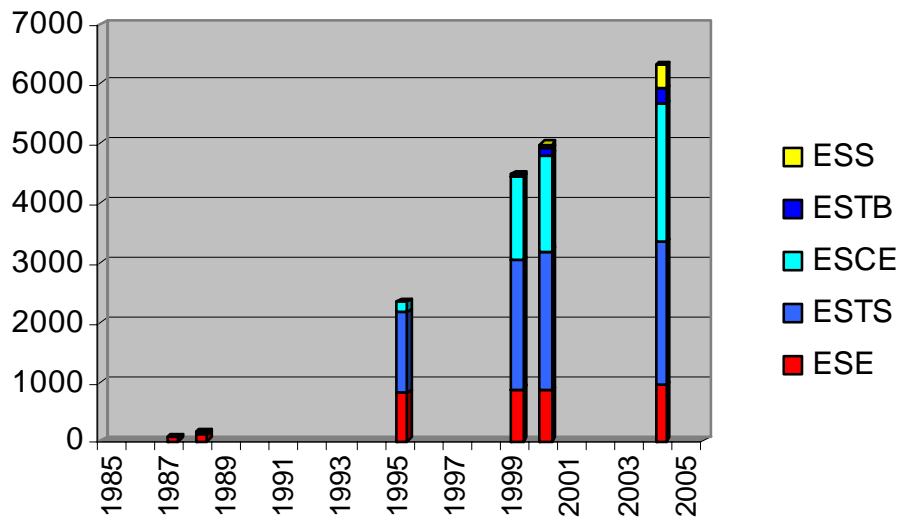


Figura 1- Evolução do número de alunos das Escolas do IPS

Na figura 2 apresenta-se a evolução do número de docentes, por escola, desde 1996. Lembra-se que o número de docentes, sendo função do número de alunos, apresenta um andamento e uma evolução semelhante (tendente para a estabilização).

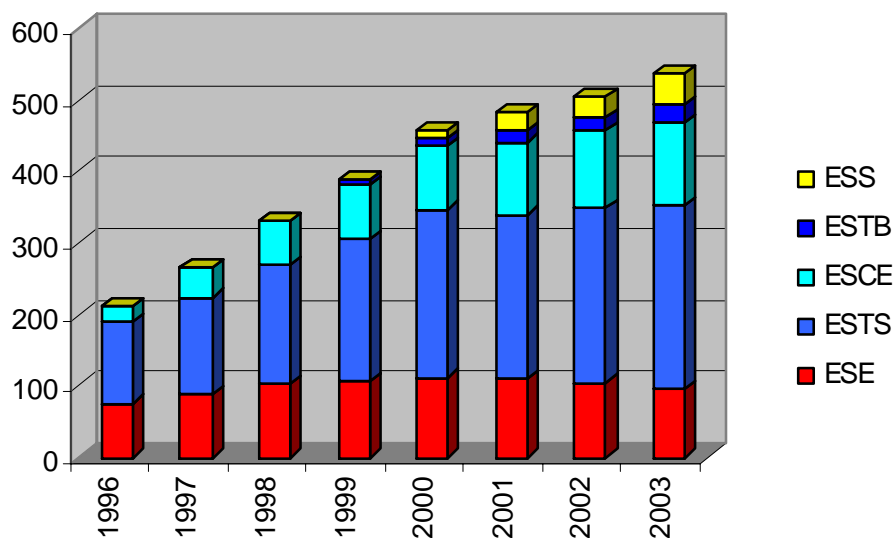


Figura 2- Evolução do número de docentes das Escolas do IPS

7.2 Evolução do número de mestres e doutores

Relativamente ao tema de investigação, não é possível efectuar uma análise à instituição sem conhecer a evolução de um dos parâmetros mais influentes: o número de mestres e doutores das Escolas.

Na figura 3 apresenta-se a evolução do número de docentes com o grau de Mestre, desde 1999, em cada Escola (valores relativos a Dezembro de cada ano), sendo visível a tendência de crescimento em todas elas.

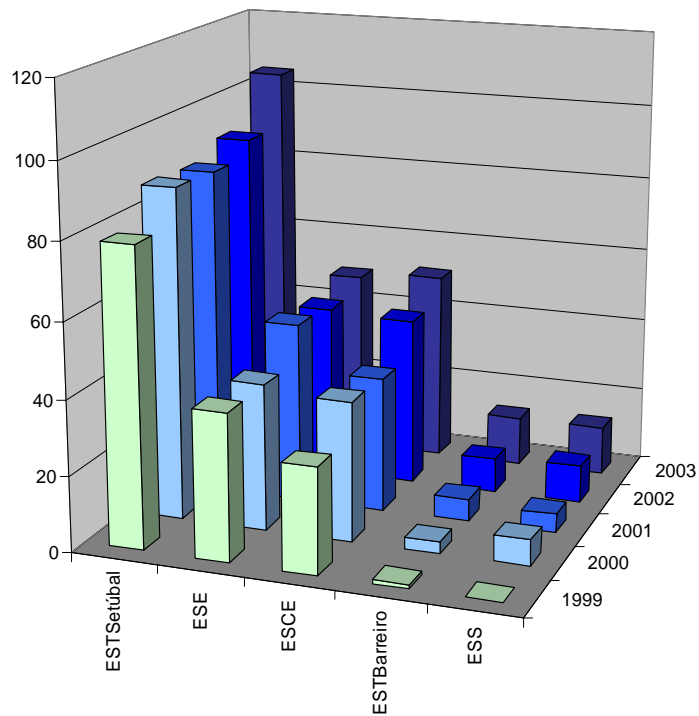


Figura 3- Evolução do número de docentes das Escolas do IPS, com grau de Mestre.

No que respeita aos doutorados, o crescimento é ainda mais acentuado (figura 4). Em particular, chamo a atenção para os dados relativos à ESTSetúbal/IPS em que o número de doutorados aumentou 140% em dois anos (de 10 para 24 doutorados), tendo esse número crescido significativamente em 2004 (nos primeiros meses deste ano registaram-se mais 6 doutoramentos).

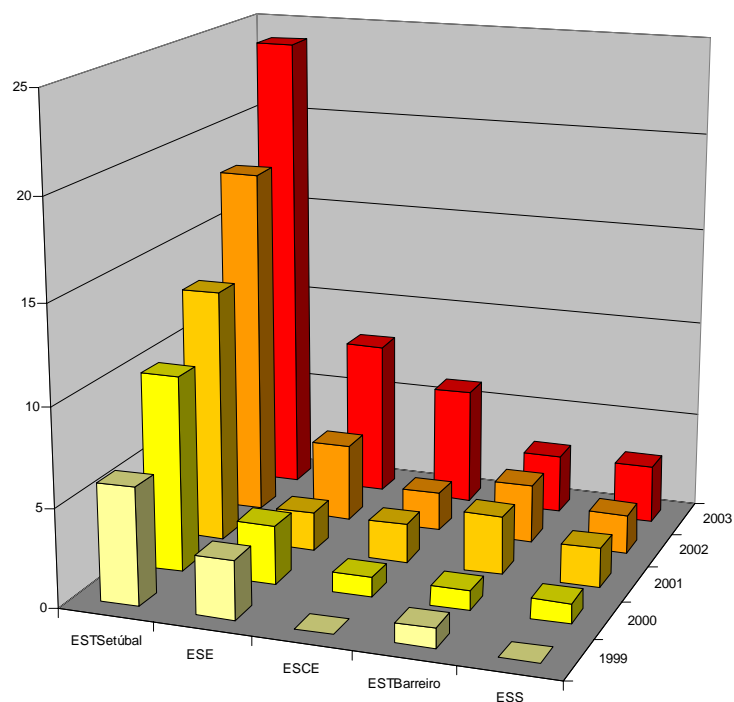


Figura 4- Evolução do número de docentes das Escolas do IPS, com grau de Doutor.

7.3 Evolução do percentagem de docentes graduados

Na figura 5 apresenta-se agora a evolução da percentagem de docentes graduados (mestres e doutores), por Escola e no IPS, no mesmo período. Como se constata, esta percentagem tem aumentado em todas as Escolas. A análise global dos docentes graduados do IPS, permite concluir confirmar a tendência referida na figura anterior, sendo de salientar que se ultrapassou o ano passado a barreira dos 50%.

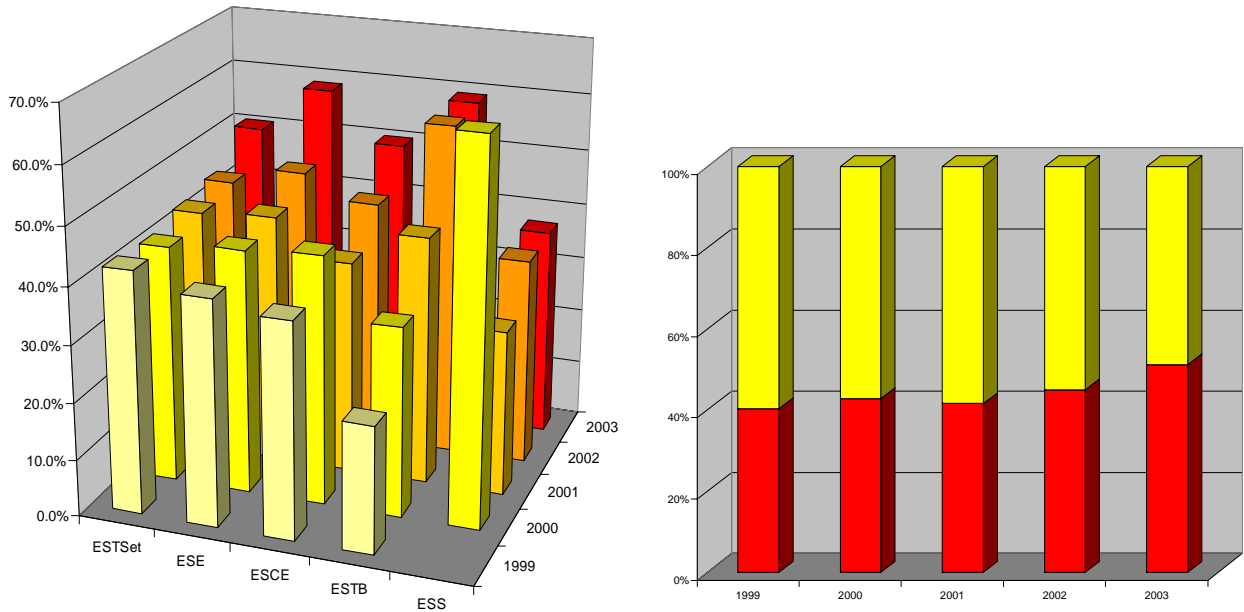


Figura 5 - Evolução da percentagem de docentes graduados (por Escolas e global).

7.4 Evolução do número de docentes em formação

Seguidamente apresenta-se a evolução do número de mestrados em todas as escolas, bem como a do número de doutorandos (docentes em formação, que se encontram actualmente a desenvolver trabalhos conducentes à obtenção dos respectivos graus).

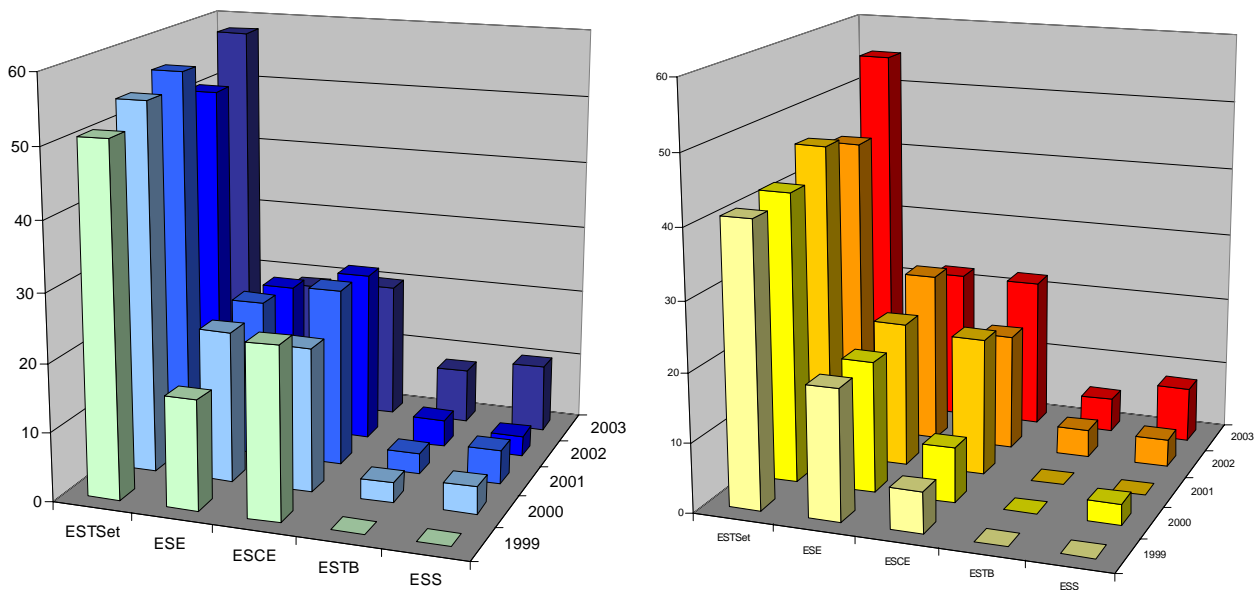


Figura 6 - Evolução do número de mestrados e doutorandos (por Escolas).

Com esta informação pretende-se realçar o potencial de desenvolvimento da investigação nas Escolas, cifrando-se em 43% os docentes que se encontram em formação avançada, bem como o grande investimento que as Escolas do IPS têm efectuado nesta área.

Finaliza-se esta análise ao corpo docente, apresentando a evolução da distribuição dos docentes em formação avançada e com o grau de doutor (docentes com elevado potencial de investigação), sendo notório o seu crescimento, ultrapassando actualmente os 50%.

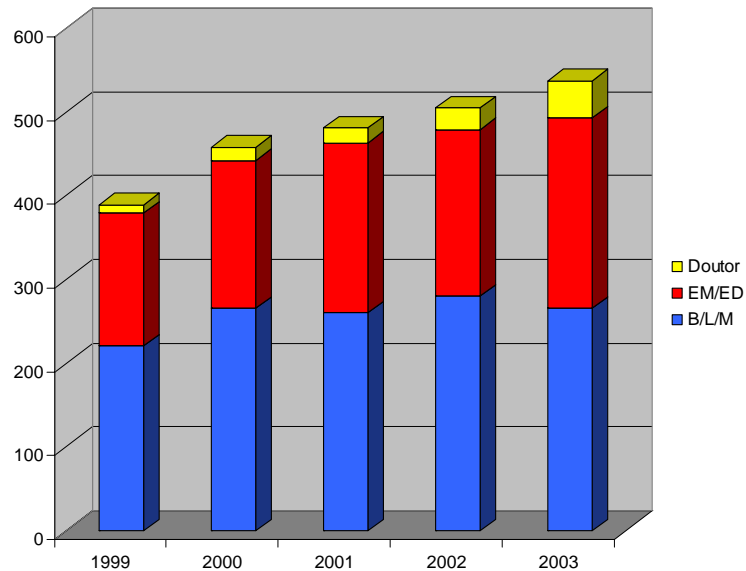


Figura 7 - Evolução do número de mestrandos e doutorandos (por Escolas).

7.5 Áreas de Investigação

Quanto às áreas de investigação, associadas aos docentes em formação, distribuem-se de acordo com o representado na figura seguinte. É de realçar o papel de destaque das formações na área das Engenharias, o que é compreensível (existência de duas Escolas de Tecnologia, uma delas de grande dimensão).

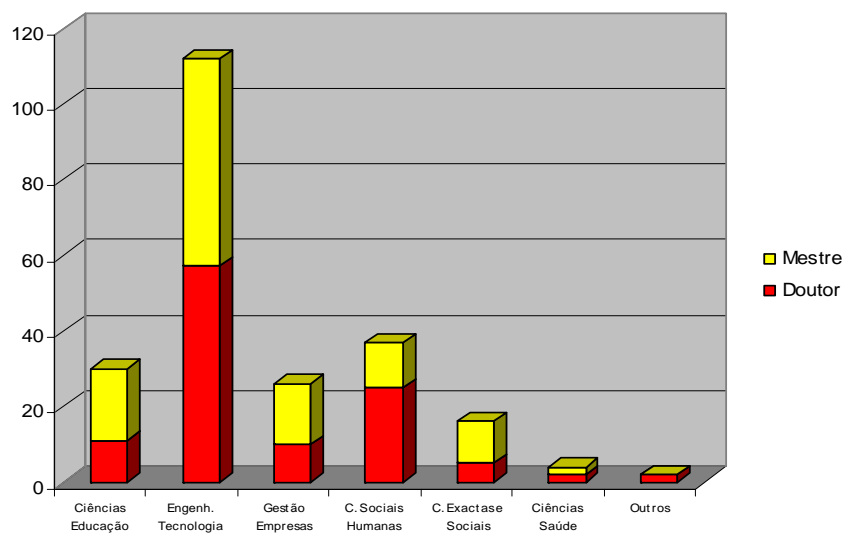


Figura 8 – Áreas de investigação.

7.6. Projectos de Investigação

Uma das medidas adoptadas pelo IPS, relacionadas com o incentivo à investigação, foi a instituição de financiamento, em parceria com as Escolas, a projectos de investigação, denominados Projectos IPS.

Na primeira iniciativa resultou o apoio a 7 projectos (5 coordenados por docentes da ESTSetúbal e 2 por docentes da ESCE). Em 2002 procedeu-se ao lançamento do 2º concurso de projectos, tendo-se procurado incentivar a parceria entre Escolas e a participação dos alunos. Além de se ter verificado a participação de todas as Escolas, o que é de salientar, foi significativo o incremento de candidaturas apoiadas (num total de 30), que se encontram a decorrer – projectos a desenvolver durante 2003 e 2004. Estes dados são de realçar, denotando o interesse que os docentes têm no estabelecimento de projectos de investigação no seio das suas Escolas.

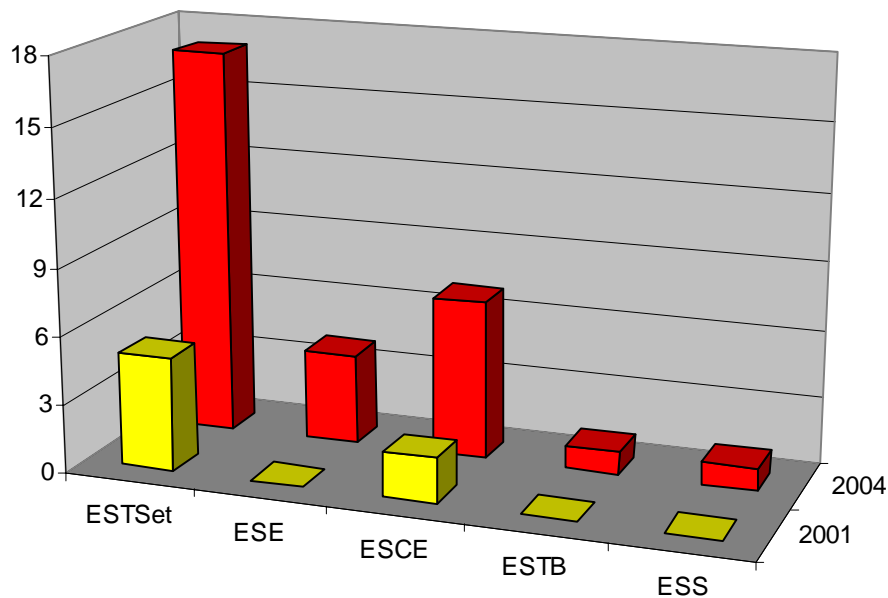


Figura 9 – Projectos de investigação.

7.7 Outros dados relevantes

Importa ainda salientar:

- a constituição formal, na ESTSetúbal/IPS, de 6 grupos de investigação, constituídos por docentes da Escola e contando com a colaboração de elementos externos. Este é um excelente exemplo para o qual vale a pena olhar e replicar para as restantes Escolas;
- da candidatura a financiamentos externos, resultou o apoio a 7 projectos na ESTSetúbal/IPS e 3 na ESE/IPS, em 2003. Mais um bom exemplo em como se faz investigação de qualidade no IPS (caso contrário não haveria acesso a estes financiamentos);

- do elevado número de propostas de candidaturas a contratos-programa que, embora não tenham sido aceites pela tutela, constituem mais um bom conjunto de ideias que poderão ser desenvolvidas pelas Escolas;
- o estabelecimento de parcerias para a oferta de Mestrados (de que são exemplos os Mestrados em Ciências da Educação - Especialização em Educação de Infância e Mestrado em Didáctica das Línguas, ambos na ESE);
- o esforço com que o IPS e as Escolas têm procurado contribuir para a divulgação da investigação produzida pelos seus docentes, através da comparticipação nas despesas associadas à participação em congressos e seminários, no país e no estrangeiro.

Resumindo, as Escolas do IPS revelam uma grande dinâmica na área da investigação, tendo um grande potencial que importa aproveitar e incentivar. Muito do trabalho produzido é de grande qualidade (conduzindo à publicação de artigos em revistas internacionais, tão do agrado das nossas chefias...), sendo notório o aumento de capacidade para a sua execução no seio da instituição.

8. Principais desafios a encarar

Efectuada a análise à situação das Escolas do IPS, está na altura de abordar os principais desafios que se colocam à investigação. A listagem que seguidamente se apresenta é fruto quer da análise às variáveis que afectam toda a estrutura subjacente ao tema, quer às opiniões recolhidas de elementos das diferentes escolas. Assim, e sem se quererem estabelecer prioridades nem hierarquizar medidas, refira-se que:

- haverá que continuar na aposta nos Projectos de Investigação IPS. Os resultados do 1º Concurso de Projectos de Investigação IPS e o elevado número de candidaturas ao 2º Concurso, realizado em 2003, é sinónimo, como já se referiu, do interesse e empenho dos docentes do IPS no desenvolvimento de investigação. Os temas apresentados são, por sua vez, demonstrativos do carácter vincadamente prático associado às instituições de ensino superior politécnico, pelo que se considera ser uma aposta ganha. Considera-se importante que não ocorra uma quebra nestes desafios. Que se lance de imediato um novo concurso, a arrancar em 2004, que sirva de incentivo a todos os que, no entretanto, desenvolveram ideias (referindo-se as muitas e boas ideias que serviram de base à candidatura apresentada pelo IPS aos Contratos Programa e que não foram apadrinhadas pelo Ministério);
- criação de uma linha editorial, onde se possa proceder à divulgação, por áreas do saber, do que se desenvolve e produz nas Escolas. Esta é uma das pretensões que reúnem grande consenso entre os diversos interlocutores, apresentando a vantagem de dar notoriedade à investigação que se produz no IPS. O problema é,

mais uma vez financeiro: a publicação deverá ter um bom grafismo e, não sendo comercializável, traduz-se em custos elevados.

- desenvolvimento de um portal IPS, que permita, entre muitas outras características, uma fácil gestão dos trabalhos de investigação (acreditando-se que existem capacidades, *know-how* e vantagens em que seja desenvolvido, de raiz, pelas nossas Escolas. Pensa-se até, que seria um projecto mobilizador e dinamizador da interacção entre as diferentes unidades orgânicas);
- estabelecimento de estratégias de investigação em todas as Escolas do IPS (relembra-se que, do que foi dado observar, apenas duas das Escolas já estabeleceram regras para a definição das áreas preferenciais de investigação dos seus docentes que pretendem obter graus de mestre e doutor, forma de intervenção dos seus doutorados, etc.)
- constituição de serviços de apoio técnico à investigação (de que é exemplo o recém criado CICAD, pelos Serviços da Presidência cujos objectivos são, citando as palavras da Ex.^{ma} Senhora Presidente do IPS, “prestar apoio científico, pedagógico, técnico e de investigação nos domínios das áreas de actuação do IPS, bem como responder ao crescente interesse na existência de uma informação tratada e especializada”. Saliente-se ainda as “actividades de suporte e esclarecimento aos docentes e investigadores relativamente a projectos, formulação de candidaturas, formas de financiamento e outros apoios existentes para a realização de investigação científica”). Pensa-se que é necessária a criação deste tipo de estruturas, havendo que se estabelecer a coordenação com os serviços das diferentes unidades orgânicas que operam na mesma área, para que não haja desperdício de esforços. É sempre a velha questão do difícil equilíbrio entre centralismo, com poupança de recursos, e autonomia com adaptação às necessidades específicas...
- é importante lançar e estabelecer parcerias com instituições congéneres, que potenciem a capacidade de desenvolvimento da investigação (repartição de recursos, quer humanos, quer laboratoriais, maior dimensão e relevo na competição ao financiamento, etc). Os tempos não são de facilidades, pelo que importa, cada vez mais, estar atento e disposto à partilha e à colaboração tendo em vista projectos e objectivos comuns;
- candidatura a financiamentos externos para apoio à investigação. É importante apostar em incentivos à investigação, não podendo ser descurada a procura dos apoios institucionais existentes (MCES, FCT, Agência de Inovação, Comissão Europeia, Programas Eureka e Iberoeka, POSI, POCTI). Esta é uma crítica que se estabelece: é fundamental os doutorados das Escolas compreendam que é possível e é desejável que procedam à elaboração de programas de investigação e que os submetam à aprovação e financiamento das entidades referidas, com o

objectivo de angariar fundos que lhes possibilitem executar a investigação nas Escolas.

- utilizar, de uma forma mais eficaz, os recursos conjuntos. Adquirir hábitos de trabalhar em conjunto;
- recorrer, de uma forma mais inteligente e produtiva, ao apoio dos alunos, no desenvolvimento dos trabalhos de investigação (procura de soluções integradas, no âmbito dos objectivos das disciplinas);
- aposta numa maior interacção com as empresas da região. Criação de hábitos de trabalho conjunto de modo a estabelecer confiança mútua entre as Escolas e as Empresas, que permita a realização de um dos principais desígnios das instituições de ensino Politécnico: forte ligação ao meio. Convém ainda não esquecer que destas ligações podem resultar grandes investimentos (quer de fundos comunitários quer de investimento privado);
- a adaptação às alterações que se avizinham, na legislação (Lei de Bases, Lei de Financiamento, novas regras de financiamento da investigação), das quais se destacam:
 - a) a possibilidade de atribuição dos graus de mestrado e doutoramento, estes últimos em parceria com outras instituições. Crê-se que este é um aspecto que irá certamente introduzir grandes alterações no panorama do ensino superior em Portugal, nos próximos anos. Convém, no entanto, estar consciente das limitações das instituições e dos desafios resultantes da aplicação desta medida. As vantagens parecem, à partida, óbvias no que concerne à definição de estratégias de desenvolvimento. No entanto, esta medida, a par da uniformização dos graus de licenciatura e mestrado por todas as instituições de ensino superior, no seguimento do processo de Bolonha, irá certamente esbater a diferença entre os dois subsistemas do ensino superior português e, conseqüentemente, agravar a competitividade do sistema (numa altura em que o número de alunos está em diminuição...);
 - b) a influência no financiamento da qualificação do corpo docente. E neste caso, as instituições politécnicas, sendo mais jovens, estão à partida em desvantagem;
 - c) as alterações propostas no novo modelo de financiamento do sistema científico, tecnológico e de inovação, tendo sido apresentadas regras muito mais exigentes para a constituição de grupos e centros de investigação.

9 Conclusão

Neste documento procurou-se proceder à compilação do conjunto de informações recolhidas no âmbito da preparação de uma sessão inserida no I Congresso IPS, relativa

ao tema INVESTIGAÇÃO. A filosofia adoptada na recolha e na apresentação da informação consistiu em produzir uma análise crítica transversal a todas as Escola do IPS, procurando, assim, contribuir o debate do tema.

De uma forma muito simplista, é possível afirmar que nas Escolas do IPS, apesar de todas as contingências e limitações, têm sido efectuados grandes esforços tendentes à realização de investigação, dos quais têm resultado significativas mais valias para a instituição. Embora consciente do muito que importa melhorar, a comunidade IPS pode orgulhar-se dos caminhos já percorridos.

9. Agradecimentos

Agradece-se a todos os que colaboraram e que tiveram a gentileza de partilharem as suas ideias e opiniões, possibilitando e facilitando este trabalho. Um especial agradecimento aos Prof. Armando Pires (Vice-Presidente do IPS e Presidente do Conselho Científico da ESTBarreiro/IPS), ao Prof. Luís Souta, da Escola Superior de Educação, aos Prof.^{es} Páscoa Dias e Henrique Maia, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, ao Prof. Pedro Dominginhos da Escola Superior de Ciências Empresariais e às Prof.^{as} Helena Caria e Fernanda Pestana da Escola Superior de Saúde.

Referências

- [1] Proposta de Lei de Bases da Educação (n.º 74/IX),
- [2] Sistema científico, Tecnológico e de Inovação. Modelo de financiamento – Resumo executivo, Abril, 2004.
- [3] Lei 37/2003, Estabelece as bases do financiamento do ensino superior, 22 de Agosto.
- [4] Relatório de Actividades do Instituto Politécnico de Setúbal, 2003.
- [5] Relatório de Actividades da Escola Superior de Educação, 2003.
- [6] Relatório de Actividades da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, 2003.
- [7] Relatório de Actividades da Escola Superior de Ciências Empresariais, 2003.
- [8] Relatório de Actividades da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, 2003.
- [9] Relatório de Actividades da Escola Superior de Saúde, 2003.
- [10] Investigação IPS - Projectos, 2001.